



**PF**

**POLÍCIA FEDERAL**

**Agente de Polícia  
Federal**

**COM BASE NO EDITAL Nº 1 – DGP/PF,  
DE 15 DE JANEIRO DE 2021**

**CÓD: SL-068JN-24  
7908433251262**

## Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. ....	9
2. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais. ....	12
3. Domínio da ortografia oficial. ....	13
4. Domínio dos mecanismos de coesão textual. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. ....	14
5. Emprego de tempos e modos verbais. ....	16
6. Domínio da estrutura morfossintática do período. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. ....	17
7. Emprego das classes de palavras. ....	20
8. Emprego dos sinais de pontuação. ....	29
9. Concordância verbal e nominal. ....	31
10. Regência verbal e nominal. ....	33
11. Emprego do sinal indicativo de crase. ....	35
12. Colocação dos pronomes átonos. ....	36
13. Reescrita de frases e parágrafos do texto. ou de trechos de texto. Substituição de palavras Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade. ....	37
14. Significação das palavras. ....	38
15. Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República). Aspectos gerais da redação oficial. Finalidade dos expedientes oficiais. Adequação da linguagem ao tipo de documento. Adequação do formato do texto ao gênero. ....	38

## Noções de Direito Administrativo

1. Noções de organização administrativa: Centralização, descentralização, concentração e desconcentração; Administração direta e indireta; Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. ....	57
2. Ato administrativo: Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. ....	61
3. Agentes públicos: Legislação pertinente; Lei nº 8.112/1990 e suas alterações; Disposições constitucionais aplicáveis; Disposições doutrinárias; Conceito; Espécies; Cargo, emprego e função pública. ....	72
4. Poderes administrativos: Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia; Uso e abuso do poder. ....	108
5. Licitação: Princípios; Contratação direta: dispensa e inexigibilidade; Modalidades; Tipos; Procedimento. ....	115
6. Controle da Administração Pública: Controle exercido pela Administração Pública; Controle judicial; Controle legislativo. ....	167
7. Responsabilidade civil do Estado: Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro; Responsabilidade por ato comissivo do Estado; Responsabilidade por omissão do Estado; Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado; Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. ....	173
8. Regime jurídico-administrativo: Conceito; Princípios expressos e implícitos da Administração Pública. ....	180

## Noções de Direito Constitucional

1. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade; direitos sociais; nacionalidade; cidadania e direitos políticos; partidos políticos; garantias constitucionais individuais; garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos.....	193
2. Poder Executivo: forma e sistema de governo; chefia de Estado e chefia de governo.....	203
3. Defesa do Estado e das instituições democráticas: segurança pública; organização da segurança pública.....	215
4. Ordem social: base e objetivos da ordem social; seguridade social; meio ambiente; família, criança, adolescente, idoso, índio.....	218

## Noções de Direito Penal e de Direito Processual Penal

1. Princípios básicos.....	235
2. Aplicação da lei penal: A lei penal no tempo e no espaço. Tempo e lugar do crime. Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal.....	240
3. O fato típico e seus elementos. Crime consumado e tentado. Ilícitude e causas de exclusão. Excesso punível.....	244
4. Crimes contra a pessoa.....	255
5. Crimes contra o patrimônio.....	271
6. Crimes contra a fé pública.....	280
7. Crimes contra a Administração Pública.....	285
8. Inquérito policial: Histórico, natureza, conceito, finalidade, características, fundamento, titularidade, grau de cognição, valor probatório, formas de instauração, notitia criminis, delatio criminis, procedimentos investigativos, indiciamento, garantias do investigado; conclusão.....	295
9. Prova: Preservação de local de crime. Requisitos e ônus da prova. Nulidade da prova. Documentos de prova. Reconhecimento de pessoas e coisas. Acareação. Índícios. Busca e apreensão.....	305
10. Restrição de liberdade. Prisão em flagrante.....	314

## Raciocínio Lógico

1. ESTRUTURAS LÓGICAS.....	1
2. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões.....	2
3. Lógica sentencial (ou proposicional): Proposições simples e compostas, Tabelas Verdade, Equivalências, Leis de De Morgan, Diagramas lógicos.....	2
4. Lógica de primeira ordem.....	8
5. Princípios de contagem e probabilidade.....	10
6. Operações com conjuntos.....	12
7. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.....	14

## Informática

1. Conceito de internet e intranet; Conceitos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados a internet/intranet; Ferramentas e aplicativos comerciais de navegação, de correio eletrônico.....	347
2. de grupos de discussão.....	354
3. de busca, de pesquisa.....	355

## ÍNDICE

4. de redes sociais.....	357
5. Noções de sistema operacional (ambiente Linux e Windows) .....	359
6. Acesso à distância a computadores, transferência de informação e arquivos, aplicativos de áudio, vídeo e multimídia .....	382
7. Edição de textos, planilhas e apresentações (ambientes Microsoft Office e LibreOffice).....	383
8. Redes de computadores; Redes de computadores: locais, metropolitanas e de longa distância.....	416
9. Conceitos de proteção e segurança: Noções de vírus, worms e pragas virtuais.....	422
10. Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, anti-spyware etc.) .....	425
11. Computação na nuvem (cloud computing).....	427
12. Fundamentos da Teoria Geral de Sistemas.....	429
13. Sistemas de informação: Fases e etapas de sistema de informação.....	431
14. Teoria da informação: Conceitos de informação, dados, representação de dados, de conhecimentos, segurança e inteligência.....	438
15. Banco de dados: Base de dados, documentação e prototipação; Modelagem conceitual: abstração, modelo entidade-relacionamento, análise funcional e administração de dados; Dados estruturados e não estruturados; Banco de dados relacionais: conceitos básicos e características; Chaves e relacionamentos .....	439
16. Noções de mineração de dados: conceituação e características; Noções de aprendizado de máquina .....	447
17. Noções de bigdata: conceito, premissas e aplicação .....	450
18. Redes de comunicação: Introdução a redes (computação/telecomunicações); Camada física, de enlace de dados e subcamada de acesso ao meio; Noções básicas de transmissão de dados: tipos de enlace, códigos, modos e meios de transmissão .....	452
19. Terminologia e aplicações, topologias, modelos de arquitetura (OSI/ISO e TCP/IP) e protocolos; Interconexão de redes, nível de transporte .....	459
20. Noções de programação Python e R.....	461
21. API (application programming interface).....	462
22. Metadados de arquivos .....	462

## Contabilidade Geral

1. Conceitos, objetivos e finalidades da contabilidade .....	1
2. Patrimônio: componentes, equação fundamental do patrimônio, situação líquida, representação gráfica .....	1
3. Atos e fatos administrativos: conceitos, fatos permutativos, modificativos e mistos.....	2
4. Contas: conceitos, contas de débitos, contas de créditos e saldos.....	4
5. Plano de contas: conceitos, elenco de contas, função e funcionamento das contas .....	5
6. Escrituração: conceitos, lançamentos contábeis, elementos essenciais, fórmulas de lançamentos, livros de escrituração, métodos e processos, regime de competência e regime de caixa.....	6
7. Contabilização de operações contábeis diversas: juros, descontos, tributos, aluguéis, variação monetária/ cambial, folha de pagamento, compras, vendas e provisões, depreciações e baixa de bens .....	11
8. Balancete de verificação: conceitos, modelos e técnicas de elaboração.....	14
9. Balanço patrimonial: conceitos, objetivo, composição.....	15
10. Demonstração de resultado de exercício: conceito, objetivo, composição .....	16
11. Lei nº 6.404/1976 e suas alterações, legislação complementar e pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) .....	18
12. Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23 de setembro de 2016.....	88

## Material Digital

### Legislação Especial

1. Lei nº 7.102/1983 e suas alterações .....	4
2. Lei nº 10.357/2001 .....	6
3. Lei nº 13.445/2017 .....	8
4. Lei nº 11.343/2006 e suas alterações (aspectos penais e processuais penais).....	31
5. Lei nº 13.868/2019 e suas alterações (aspectos penais e processuais penais).....	44
6. Lei nº 9.455/1997 e suas alterações (aspectos penais e processuais penais).....	45
7. Lei nº 8.069/1990 e suas alterações (aspectos penais e processuais penais).....	45
8. Lei nº 10.826/2003 e suas alterações (aspectos penais e processuais penais).....	82
9. Lei nº 9.605/1998 e suas alterações (aspectos penais e processuais penais).....	88
10. Lei nº 10.446/2002 e suas alterações .....	95

### Estatística

1. Estatística descritiva e análise exploratória de dados: gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose).....	100
2. Probabilidade. Definições básicas e axiomas. Probabilidade condicional e independência. Variáveis aleatórias discretas e contínuas. Distribuição de probabilidades. Função de probabilidade. Função densidade de probabilidade. Esperança e momentos. Distribuições especiais. Distribuições condicionais e independência. Transformação de variáveis. Leis dos grandes números. Teorema central do limite. Amostras aleatórias. Distribuições amostrais .....	112
3. Inferência estatística. Estimativa pontual: métodos de estimação, propriedades dos estimadores, suficiência. Estimativa intervalar: intervalos de confiança, intervalos de credibilidade. Testes de hipóteses: hipóteses simples e compostas, níveis de significância e potência de um teste, teste t de Student, teste qui-quadrado.....	150
4. Análise de regressão linear. Critérios de mínimos quadrados e de máxima verossimilhança. Modelos de regressão linear. Inferência sobre os parâmetros do modelo. Análise de variância. Análise de resíduos .....	153
5. Técnicas de amostragem. Amostragem aleatória simples, estratificada, sistemática e por conglomerados. Tamanho amostral.....	155

#### Atenção

- Para estudar o Material Digital acesse sua “Área do Aluno” em nosso site ou faça o resgate do material seguindo os passos da página 2.

<https://www.editorasolucao.com.br/customer/account/login/>

expectativas passadas pode reforçar ou alterar expectativas sobre os resultados financeiros e os resultados da prestação de serviços que possam ocorrer no futuro.

3.9 Os papéis confirmativo e preditivo da informação são inter-relacionados — por exemplo, a informação sobre o nível e a estrutura atual dos recursos de uma entidade e as solicitações por esses recursos auxilia os usuários a confirmarem o resultado das estratégias de gestão durante o período, além de prever a capacidade de uma entidade em responder às mudanças e às necessidades antecipadas da prestação futura de serviços. A mesma informação auxilia a confirmar ou a corrigir as expectativas e previsões passadas dos usuários acerca da capacidade de uma entidade de responder a tais alterações. Auxilia também a confirmar ou corrigir as informações financeiras prospectivas incluídas nos RCPG anteriores.

#### **Representação Fidedigna**

3.10 Para ser útil como informação contábil, a informação deve corresponder a uma representação fidedigna dos fenômenos econômicos e outros que se pretenda representar. A representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material. A informação que representa fielmente um fenômeno econômico ou outro fenômeno retrata a substância da transação — a qual pode não corresponder, necessariamente, à sua forma jurídica.

3.11 Na prática, pode não ser possível ter certeza ou saber se a informação apresentada nos RCPG está completa, neutra e livre de erro material. Entretanto, a informação deve estar completa, neutra e livre de erro material tanto quanto possível.

3.12 A omissão de alguma informação pode fazer com que a representação de um fenômeno econômico ou outro qualquer seja falsa ou enganosa, não sendo útil para os usuários dos RCPG. Por exemplo, a descrição completa de um item do “imobilizado” nos RCPG deve incluir a representação numérica do montante agregado do imobilizado juntamente com outra informação quantitativa, descritiva e explicativa necessária para representar fielmente essa classe de ativo. Em alguns casos, isto pode incluir a evidenciação de informação sobre questões tais como as classes importantes do imobilizado, os fatores que afetaram a sua utilização no passado ou que podem impactar a sua utilização no futuro, além da base e do processo para determinar a sua representação numérica. Do mesmo modo, a informação financeira e não financeira prospectiva e a informação sobre o cumprimento dos objetivos e dos resultados incluídos nos RCPG devem ser apresentadas em conjunto com as premissas chaves e quaisquer explicações que sejam necessárias para assegurar que a sua representação seja completa e útil para os usuários.

3.13 A neutralidade da informação contábil corresponde à ausência de viés. Isto significa que a seleção e a apresentação da informação financeira e não financeira não devem ser feitas com a intenção de se atingir um resultado particular predeterminado — por exemplo, para influenciar a avaliação dos usuários acerca da dispensa da responsabilização por parte da entidade, para uma decisão ou julgamento que está para ser feito, ou, ainda, para induzir a um determinado comportamento.

3.14 A informação neutra representa fielmente os fenômenos econômicos e outros fenômenos que ela se propõe a representar. Contudo, exigir que a informação incluída nos RCPG seja neutra não significa que não haja propósito ou que não influencie algum

comportamento. A relevância é uma característica qualitativa e, por definição, a informação relevante é capaz de influenciar as avaliações e as decisões dos seus usuários.

3.15 Os fenômenos econômicos e outros fenômenos representados nos RCPG ocorrem normalmente sob condições de incerteza. Deste modo, a informação incluída nos RCPG frequentemente apresenta estimativas que incorporam o juízo de valor dos gestores. Para representar fielmente um fenômeno econômico ou de outra natureza, uma estimativa deve ser baseada em insumos apropriados e cada insumo precisa refletir a melhor informação disponível. Deve-se ter o devido cuidado ao se lidar com condições de incerteza. Às vezes, pode ser necessário divulgar explicitamente o nível de incerteza na informação financeira e não financeira para representar fielmente fenômenos econômicos ou de outra natureza.

3.16 Estar livre de erro material não significa exatidão completa em todos os aspectos. Estar livre de erro material significa que não há erros ou omissões que sejam individualmente ou coletivamente relevantes na descrição do fenômeno, e que o processo utilizado para produzir a informação relatada foi aplicado conforme descrito. Em alguns casos, pode ser possível determinar a exatidão de alguma informação incluída nos RCPG — por exemplo, o montante da transferência de disponibilidades para outro nível de governo, o volume dos serviços prestados ou o preço pago pela aquisição do imobilizado. Entretanto, em outros casos pode não ser possível determinar a exatidão da informação — por exemplo, pode não ser possível estimar a exatidão da eficácia de um programa de prestação de serviços ou o valor ou custo de um item. Nestes casos, a estimativa está livre de erro material se o montante for descrito claramente como sendo uma estimativa, se a natureza e as limitações do processo de estimativa forem explicadas e se nenhum erro material tiver sido identificado na seleção e na aplicação do processo de elaboração da estimativa.

#### **Compreensibilidade**

3.17 A compreensibilidade é a qualidade da informação que permite que os usuários compreendam o seu significado. Os RCPG devem apresentar a informação de maneira que corresponda às necessidades e à base do conhecimento dos usuários, bem como a natureza da informação apresentada. Por exemplo, as explicações acerca da informação financeira e não financeira e comentários acerca da prestação de serviços e outras realizações durante o exercício financeiro, além das expectativas para os períodos futuros, devem ser escritas em linguagem simples e apresentadas de maneira que sejam prontamente compreensíveis pelos usuários. A compreensão é aprimorada quando a informação é classificada e apresentada claramente e de maneira sucinta. A comparabilidade pode também aprimorar a compreensibilidade.

3.18 Assume-se que os usuários dos RCPG tenham conhecimento razoável das atividades da entidade e do ambiente no qual ela funciona, sejam capazes e preparados para lerem os RCPG e revisar e analisar a informação apresentada com diligência apropriada. Alguns fenômenos econômicos e de outra natureza são particularmente complexos e difíceis de serem representados nos RCPG e alguns usuários podem precisar buscar ajuda de um assistente para auxiliá-los na compreensão deles. Todos os esforços devem ser realizados para representar os fenômenos econômicos e de outra natureza incluídos nos RCPG de maneira que seja compreensível para uma grande gama de usuários. Contudo, a

## CAPÍTULO 4 – ENTIDADE QUE REPORTA A INFORMAÇÃO CONTÁBIL

### Introdução

4.1 A entidade do setor público que reporta a informação contábil é um ente governamental ou outra organização, programa ou outra área identificável de atividade (doravante referida como entidade ou entidade do setor público) que elabora os RCPG.

4.2 A entidade do setor público que reporta a informação contábil pode compreender duas ou mais entidades que apresentem os RCPG como se fossem uma única entidade — tal entidade é referida como grupo de entidades que reportam a informação contábil.

### Características-Chave de uma Entidade do Setor Público que Reporta a Informação Contábil

4.3 As características-chave de uma entidade do setor público que reporta a informação contábil são:

(a) É uma entidade que capta recursos dos cidadãos ou em nome destes e/ou utiliza recursos para realizar atividades em benefício desses cidadãos; e

(b) Há beneficiários de serviços ou fornecedores de recursos dependentes de informações contidas nos RCPG para fins de prestação de contas e tomada de decisão.

4.4 Um governo pode estabelecer e/ou funcionar através de unidades administrativas tais como ministérios, secretarias ou departamentos. Pode funcionar também por meio de fundos, autoridades estatutárias, empresas estatais e outras entidades com identidade jurídica própria ou autonomia operacional para realizar, ou de outra maneira apoiar, a prestação de serviços aos cidadãos. Outras organizações do setor público, inclusive organizações internacionais do setor público ou autoridades municipais, podem realizar também determinadas atividades por intermédio das entidades com identidade jurídica própria ou autonomia operacional e podem beneficiar-se dessas entidades e estarem sujeitas a um encargo financeiro ou perda resultante das atividades.

4.5 Os RCPG são elaborados para reportar informação útil aos usuários para fins de prestação de contas e tomada de decisão. Os beneficiários de serviços ou os fornecedores de recursos são os usuários principais dos RCPG. Consequentemente, uma característica-chave de uma entidade do setor público que reporta a informação, inclusive de um grupo de entidades reladoras, é a existência de beneficiários de serviços ou fornecedores de recursos que são dependentes dos RCPG para fins de prestação de contas ou tomada de decisão.

4.6 Os RCPG englobam as demonstrações contábeis e a informação que as aprimore, complemente e suplemente. As demonstrações contábeis apresentam informação sobre os recursos e as reivindicações sobre estes, além dos fluxos de caixa da entidade ou grupo de entidades que reportam a informação durante o exercício financeiro. Portanto, para possibilitar a elaboração das demonstrações contábeis, uma entidade que reporta a informação deve captar recursos e/ou deve utilizar recursos captados anteriormente para realizar atividades em benefício dos cidadãos ou em nome destes.

4.7 Os fatores passíveis de sinalizar a existência de usuários dos RCPG de uma entidade do setor público ou grupo de entidades incluem uma entidade que tenha a responsabilidade ou capacidade de captar ou utilizar recursos, adquirir ou administrar bens públicos, incorrer em passivos ou realizar atividades para atingir os objetivos

da prestação de serviços. Quanto maiores os recursos que uma entidade do setor público capta, administra e/ou tem a capacidade de utilizar, e quanto maiores as obrigações que incorre e maior o impacto econômico ou social das suas atividades, é mais provável que exista usuários de serviços ou fornecedores de recursos que são dependentes dos RCPG para obter informação para fins de prestação de contas e tomada de decisão. Na ausência desses fatores, onde não sejam significativos, é improvável que existam usuários dos RCPG dessas entidades.

4.8 A elaboração dos RCPG não é um processo sem custos. Portanto, se a imposição de requisitos para a informação contábil pressupõe que as mesmas devem ser eficientes e eficazes, é importante que somente às entidades do setor público para as quais existam usuários, seja exigido que preparem os RCPG.

4.9 Em muitos casos, será clara a existência ou não de usuários de serviços ou de fornecedores de recursos que dependam dos RCPG para prover informação para fins de prestação de contas e tomada de decisão. Por exemplo, tais usuários provavelmente existem para os RCPG de um governo em nível nacional, estadual ou local e para as organizações internacionais do setor público. Isso porque estes governos e organizações normalmente têm a capacidade de captar recursos substantivos e/ou empregar esses recursos em nome dos cidadãos, incorrer em responsabilidades e impactar o bem-estar econômico e/ou social das comunidades que dependem deles para a prestação de serviços.

4.10 Contudo, nem sempre está claro se há beneficiários de serviços ou fornecedores de recursos que dependam dos RCPG de, por exemplo, departamentos ou órgãos individuais do governo, programas especiais ou áreas identificáveis de atividades com informação para fins de prestação de contas e tomada de decisão. Determinar se estas organizações, programas ou atividades devem ser identificados como entidades que reportam a informação e, conseqüentemente, serem exigidas a prepararem os RCPG, envolverá o exercício de julgamento profissional.

4.11 O governo e algumas outras entidades do setor público têm identidade e enquadramento legal específicos (personalidade jurídica). Entretanto, as organizações, os programas e as atividades do setor público sem personalidade jurídica também podem captar ou empregar recursos, adquirir e administrar ativos, incorrer em obrigações, realizar atividades para atingir os objetivos da prestação de serviços ou, de outra maneira, implementar a política governamental. Os beneficiários de serviços e os fornecedores de recursos podem depender dos RCPG para fornecer informação para os fins de prestação de contas e tomada de decisão. Consequentemente, uma entidade que reporta a informação contábil do setor público pode ter uma personalidade jurídica específica ou ser, por exemplo, uma organização, um arranjo administrativo ou um programa sem personalidade jurídica.

## CAPÍTULO 5 – ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### Introdução

#### Propósito deste Capítulo

5.1 Este Capítulo define os elementos utilizados nas demonstrações contábeis e fornece explicação adicional acerca dessas definições.

5.25 (Não convergido).

5.26 “Coerção econômica”, “necessidade política” ou outras circunstâncias podem criar situações em que, apesar de o setor público não ser legalmente obrigado a incorrer em uma saída de recursos, as consequências políticas ou econômicas de não atendê-las são tão significativas que não deixam alternativa à entidade a não ser a de despendar recursos para liquidá-las.

Situação Patrimonial Líquida, Outros Recursos e Outras Obrigações

5.27 Conforme o parágrafo 5.4, em alguns casos, ao se desenvolver ou revisar uma NBC TSP, o CFC pode determinar que, para alcançar os objetivos da informação contábil, um recurso ou uma obrigação que não satisfaça a definição de um elemento definido nesta Estrutura Conceitual precise ser reconhecido nas demonstrações contábeis. Nesses casos, as NBC TSP podem exigir ou permitir que esses recursos ou obrigações sejam reconhecidos como outros recursos ou outras obrigações, os quais são itens adicionais aos seis elementos definidos nesta Estrutura Conceitual.

5.28 A situação patrimonial líquida é a diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações reconhecidos no balanço patrimonial. A situação patrimonial líquida pode ser um montante residual positivo ou negativo.

#### Receita e Despesa

5.29 A Receita (ou variação patrimonial aumentativa) corresponde a:

Aumentos na situação patrimonial líquida da entidade, não oriundos das contribuições dos proprietários.

5.30 A Despesa (ou variação patrimonial diminutiva) corresponde a:

Diminuições na situação patrimonial líquida da entidade, não oriundas das distribuições aos proprietários.

5.31 Receitas e despesas originam-se de transações com contraprestação e sem contraprestação, de outros eventos tais como aumentos e decréscimos não realizados de ativos e passivos, do consumo dos ativos por meio da depreciação, e da redução do potencial de serviços e da capacidade de gerar benefícios econômicos por meio da redução ao valor recuperável. Receitas e despesas podem ser originadas de transações individuais ou de grupos de transações.

#### Superávit ou Déficit do Exercício

5.32 O superávit ou déficit da entidade para o exercício é a diferença entre as receitas e despesas inseridas na Demonstração das Variações Patrimoniais.

#### Contribuição dos Proprietários e Distribuição aos Proprietários

5.33 A contribuição dos proprietários corresponde a:

Entradas de recursos para uma entidade a título de contribuição externa por partes investidas na qualidade de proprietárias, as quais estabelecem ou aumentam sua participação no patrimônio líquido da entidade.

5.34 A distribuição aos proprietários corresponde a:

Saídas de recursos de uma entidade a título de distribuição a partes investidas na qualidade de proprietárias, as quais representam retorno sobre uma participação ou reduzem essa participação no patrimônio líquido da entidade.

5.35 É importante distinguir os conceitos de despesas e receitas das saídas de recursos para os proprietários e das entradas de recursos dos proprietários – inclusive as entradas que estabelecem inicialmente suas participações em uma entidade. Além da injeção de recursos e do pagamento de dividendos que podem ocorrer, é relativamente comum que ativos e passivos sejam transferidos entre entidades do setor público. Sempre que tais transferências satisfizerem as definições de contribuições dos proprietários ou de distribuições aos proprietários, elas serão contabilizadas como tal.

5.36 As participações dos proprietários podem surgir na criação de uma entidade quando outra entidade contribui com recursos para dar à nova entidade a capacidade de iniciar suas operações. No setor público, as contribuições das entidades ou a distribuição às mesmas são, algumas vezes, relacionadas à reestruturação do governo e irão tomar a forma de transferências de ativos e passivos ao invés de transações em espécie. As participações dos proprietários podem tomar diferentes formas, podendo não ser evidenciadas por meio de um instrumento de capital próprio.

5.37 A contribuição dos proprietários pode tomar a forma de uma injeção inicial de recursos na criação de uma entidade ou de uma injeção subsequente de recursos, inclusive quando da reestruturação de uma entidade. Já a distribuição aos proprietários pode ser: (a) um retorno sobre um investimento; (b) um retorno total ou parcial de investimentos; ou (c) no caso da extinção ou reestruturação de uma entidade, um retorno de qualquer recurso residual.

## CAPÍTULO 6 – RECONHECIMENTO NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### Crítérios de Reconhecimento e sua Relação com a Evidenciação

6.1 Este capítulo identifica os critérios que devem ser satisfeitos para que um elemento seja reconhecido nas demonstrações contábeis. O reconhecimento é o processo de incorporar e de incluir um item, expresso em valores a serem demonstrados no corpo da demonstração contábil apropriada, que satisfaça a definição de um elemento e possa ser mensurado de maneira que observe as características qualitativas, levando em consideração as restrições sobre a informação incluída nos RCPG.

6.2 Um item deve ser reconhecido nas demonstrações contábeis quando:

(a) Satisfaça a definição de um elemento; e

(b) Possa ser mensurado de uma maneira que observe as características qualitativas, levando em consideração as restrições sobre a informação incluída nos RCPG.

6.3 Todos os itens que satisfaçam os critérios de reconhecimento são inseridos nas demonstrações contábeis. Em algumas circunstâncias, uma determinada NBC TSP pode também especificar que, para alcançar os objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil, um recurso ou obrigação que não satisfaça a definição de um elemento deve ser reconhecido nas demonstrações contábeis desde que possa ser mensurado de uma maneira que satisfaça as características qualitativas e as restrições sobre a informação incluída nos RCPG. Outros recursos e outras obrigações são discutidos no Capítulo 5 - Elementos nas Demonstrações Contábeis.



reposição. Em tais circunstâncias, como explicado no parágrafo 7.42, o custo de reposição (em vez do valor em uso) é a base de mensuração mais relevante.

## CAPÍTULO 8 – APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES NOS RELATÓRIOS CONTÁBEIS DE PROPÓSITO GERAL DAS ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO

### Introdução

8.1 Este Capítulo estabelece os conceitos aplicáveis à apresentação da informação nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG), inclusive nas demonstrações contábeis dos governos e outras entidades do setor público.

8.2 A apresentação das informações nos RCPG possui ligação com os Capítulos 1 a 4 desta Estrutura Conceitual — os objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil, as necessidades dos usuários, as características qualitativas, as restrições na informação incluída nos RCPG e a entidade que reporta a informação contábil influenciam as decisões relativas à apresentação das informações. Para a informação evidenciada nas demonstrações contábeis, a apresentação é ligada também às definições dos elementos, critérios de reconhecimento e bases de mensuração identificados nos Capítulos 5 a 7 - por exemplo:

- (a) A definição dos elementos afeta os itens que podem ser apresentados nas demonstrações contábeis;
- (b) A aplicação dos critérios de reconhecimento afeta a localização da informação; e
- (c) A seleção das bases de mensuração impacta a informação apresentada nas metodologias de mensuração.

### Idioma no qual as demonstrações contábeis e outros RCPG são divulgados.

8.3 O idioma (ou os idiomas) no(s) qual(is) as demonstrações contábeis e outros RCPG são divulgados apoia(m) a realização dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil e as características qualitativas. Todas as versões traduzidas precisam ser fiéis à versão do idioma original. A versão traduzida é disponibilizada para satisfazer as necessidades dos usuários em referência:

- (a) A dispositivos legais na jurisdição da entidade; e
- (b) A relação custo-benefício da tradução.

### Apresentação

8.4 A apresentação corresponde à seleção, localização e organização da informação que é evidenciada nos RCPG.

8.5 A apresentação visa fornecer informação que contribua com os objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil e alcança as características qualitativas, enquanto considera as restrições na informação incluída nos RCPG. As decisões sobre a seleção, localização e organização da informação são tomadas em resposta às necessidades dos usuários pela informação sobre os fenômenos econômicos e de outra natureza.

8.6 O Capítulo 1 explica que os RCPG compreendem relatórios múltiplos, cada um respondendo mais diretamente a determinados aspectos dos objetivos da elaboração e divulgação da informação contábil ou no escopo dessas informações. Adicionalmente às demonstrações contábeis, os RCPG fornecem informação relevante, por exemplo, para avaliações do desempenho dos serviços de uma entidade e a sustentabilidade das suas finanças. Os objetivos da

elaboração e divulgação da informação contábil aplicados à área coberta por um determinado relatório orientam as decisões sobre a apresentação daquele relatório.

8.7 As decisões sobre a apresentação podem:

- (a) Resultar no desenvolvimento de um novo RCPG, a movimentação da informação entre os relatórios ou a fusão dos relatórios existentes; ou
- (b) Ser decisões detalhadas sobre a seleção, localização e organização da informação no RCPG.

### As decisões sobre a apresentação estão interligadas.

8.8 As decisões sobre a seleção, localização e organização da informação estão interligadas e, na prática, provavelmente são consideradas em conjunto. O montante ou o tipo de informação selecionada pode ter implicações sobre se um relatório é elaborado em separado ou organizado em quadros ou cronogramas separados. As três seções seguintes focam separadamente em cada decisão sobre a apresentação.

### Seleção da Informação

8.9 As decisões sobre a seleção da informação tratam da informação que é evidenciada:

- (a) Nas demonstrações contábeis; e
- (b) Nos RCPG que não correspondam às demonstrações contábeis (outros RCPG).

8.10 Como explica o Capítulo 2 (Objetivos e Usuários da Informação Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público), os objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil são o de fornecer informação sobre a entidade que seja útil para os usuários dos RCPG para os fins de prestação de contas e tomada de decisão. O Capítulo 2 descreve os tipos de informações que os usuários necessitam para satisfazer esses objetivos. Aquela descrição orienta as decisões sobre se determinados tipos de relatórios são necessários. Este Capítulo foca na seleção da informação a ser apresentada nos RCPG, incluindo as demonstrações contábeis e outros relatórios.

### Seleção da Informação/Natureza da Informação

#### Natureza da informação nas demonstrações contábeis.

8.11 As necessidades de informação dos usuários identificados no Capítulo 2 corroboram a seleção da informação para as demonstrações contábeis. Essas necessidades incluem a informação sobre a situação financeira, o resultado financeiro e os fluxos de caixa de uma entidade para:

- (a) Possibilitar aos usuários identificarem os recursos da entidade e as reivindicações a estes recursos na data do relatório;
- (b) Informar as avaliações de questões tais como se a entidade adquiriu recursos com economicidade e os utilizou de forma eficiente e eficaz para alcançar os seus objetivos na prestação de serviços; e
- (c) Informar as avaliações do resultado financeiro e a liquidez e solvência da entidade.

8.12 As demonstrações contábeis podem fornecer também informação que auxilia os usuários na avaliação da extensão na qual:

- (a) Uma entidade satisfaz os seus objetivos financeiros;
- (b) As receitas, as despesas, os fluxos de caixa e os resultados financeiros da entidade estão em conformidade com os orçamentos aprovados; e

(a) Natureza: Se a natureza da informação - por exemplo, histórica versus prospectiva - indica a inclusão da informação no mesmo ou em um RCPG diferente em razão das considerações relacionadas a, por exemplo, comparabilidade e/ou compreensibilidade;

(b) Especificidade a uma Jurisdição: Se os fatores específicos a uma jurisdição, tais como os dispositivos legais vigentes, especificarem regras acerca da localização da informação; e

(c) Conexão: Se a informação adicional considerada precisa ou não estar conectada de modo estreito com informação já incluída em um relatório existente. As conexões entre todas as informações precisam ser avaliadas, não se restringindo somente à conexão entre a informação nova e a já existente.

8.39 Os fatores expostos nos parágrafos 8.36 a 8.38, os quais representam a perspectiva de se adicionar informação a um conjunto de informação já existente, também se aplicam à consideração se o agrupamento da informação existente pode ser aprimorado, o que é discutido na seção sobre a organização da informação.

8.40 Um RCPG separado pode ser necessário quando:

(a) Necessidades adicionais de informação do usuário, não satisfeitas por um relatório existente, são identificadas; e

(b) Um RCPG separado para satisfazer essas necessidades é mais adequado ao alcance dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil e do cumprimento das características qualitativas do que incluir informação num relatório já existente.

#### Princípios para a Localização da Informação dentro de um Relatório

8.41 O parágrafo 8.17 deste Capítulo afirma que a informação exposta é apresentada proeminentemente utilizando-se técnicas de apresentação apropriadas — a localização é um modo de se alcançar isto. A localização da informação dentro de um relatório assegura que a informação exposta tem a proeminência apropriada e não fica obscurecida por uma informação evidenciada com mais detalhe e extensão.

8.42 A localização da informação nas demonstrações contábeis contribui para representar um panorama financeiro mais abrangente de uma entidade.

8.43 Para as demonstrações contábeis, a informação exposta é mostrada na demonstração apropriada, enquanto as evidenciações encontram-se nas notas explicativas. Distinguir a informação exposta e a informação evidenciada por meio da localização, assegura que estes itens, os quais se relacionam diretamente a questões de comunicação, tais como os itens do balanço patrimonial, as variações patrimoniais e os fluxos de caixa da entidade, podem ser realçados, com informação ainda mais detalhada fornecida por meio da evidenciação em notas explicativas.

8.44 Para outros RCPG, a informação exposta pode estar localizada separadamente da informação evidenciada ou localizada na mesma área, mas distinta da informação evidenciada e da proeminência dada por meio de outra técnica de apresentação.

#### Organização da Informação

8.45 A organização da informação trata do arranjo, agrupamento e ordenamento da informação, a qual inclui decisões sobre:

- (a) Como a informação está disposta em um RCPG;
- (b) A estrutura geral de um RCPG.

8.46 A organização da informação envolve uma série de decisões incluindo as decisões sobre a utilização de referência cruzada, quadros, tabelas, gráficos, cabeçalhos, numeração e o arranjo dos itens dentro de um determinado componente de um relatório, incluindo decisões sobre a ordem dos itens. A forma na qual a informação está organizada pode afetar a sua interpretação por parte dos usuários.

#### Natureza da Informação Relevante para fins de Organização

8.47 As decisões sobre a organização da informação levam em consideração:

- (a) Importantes relacionamentos entre a informação; e
- (b) Se a informação é para a exposição ou evidenciação.

#### Tipos de relacionamentos.

8.48 Os relacionamentos importantes incluem, mas não se restringem a:

- (a) Aprimoramento;
- (b) Similaridade; e
- (c) Propósito compartilhado.

8.49 Aprimoramento. A informação em um determinado lugar em um RCPG pode ser aprimorada por meio de informação fornecida em outro local. Por exemplo: orçamento, a informação prospectiva e do desempenho de serviços aprimora a informação das demonstrações contábeis. Os quadros e os gráficos podem ser utilizados para aprimorar a compreensão de uma informação narrativa. Os elos com a informação evidenciada fora dos RCPG podem aprimorar a compreensibilidade da informação evidenciada pelos RCPG.

8.50 Similaridade. Uma relação de similaridade existe quando a informação evidenciada em um lugar se baseia na informação relatada em outro local nos RCPG e a informação ou não foi ajustada ou teve ajustes relativamente menores. Por exemplo, caso a informação do desempenho dos serviços inclua o custo dos serviços, ou o valor dos ativos utilizados em diferentes serviços, pode auxiliar a demonstrar como aqueles totais se relacionam à despesa e aos ativos evidenciados nas demonstrações contábeis. Outro exemplo é a relação entre a despesa total evidenciada no orçamento e o total da despesa evidenciada na demonstração das variações patrimoniais. Uma reconciliação ou aproximação, na medida do possível, entre os dois montantes diferentes pode aprimorar a compreensão dos usuários sobre as finanças de uma entidade.

8.51 Propósito compartilhado. Um relacionamento de propósito compartilhado existe quando a informação relatada em locais diferentes contribui para os mesmos fins. Um exemplo é quando demonstrações e evidenciações diferentes fornecem informação necessária para avaliações de responsabilização pelos serviços prestados. A informação sobre (a) o custo real e orçado de serviços diferentes, (b) os recursos financeiros e não financeiros utilizados na prestação de serviços diferentes, e (c) o fornecimento futuro de serviços diferentes, podem ser incluídos em locais diferentes. Para tornar clara a relação entre a informação em locais diferentes, é adequado organizar a informação por intermédio da utilização de técnicas tais como cabeçalhos e referências.

8.52 Podem existir relações entre informações expostas em diferentes:

- (a) RCPG;
- (b) Componentes dentro de um RCPG;
- (c) Partes de um único componente.

Constatou-se, ainda, que não havia reservas, ações em tesouraria nem ajuste de avaliação patrimonial nas demonstrações contábeis da sociedade.

Nessa situação hipotética, o valor do capital total à disposição da sociedade é igual a

- (A) R\$ 1.700.
- (B) R\$ 2.000.
- (C) R\$ 2.300.
- (D) R\$ 3.400.
- (E) R\$ 4.000.

11.(CEBRASPE (CESPE) - Analista de Controle Externo (TCE RJ)/Controle Externo/Ciências Contábeis/2021)

A respeito dos procedimentos estabelecidos pela legislação societária e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em relação às demonstrações contábeis, julgue o item a seguir.

Na demonstração do resultado do exercício de uma empresa comercial, o lucro bruto representa a diferença entre a receita bruta das vendas e o somatório dos seguintes eventos: deduções das vendas, abatimentos e impostos.

- ( ) CERTO
- ( ) ERRADO

12.(CEBRASPE (CESPE) - Analista Jurídico (PGDF)/Administração/2021)

No que se refere à gestão financeira e sua aplicação às organizações, julgue o item subsecutivo.

O Demonstrativo de Lucros e Perdas (L&P) pode ser utilizado para comparar projeções realizadas e resultados efetivamente auferidos pela organização.

- ( ) CERTO
- ( ) ERRADO

13.(CEBRASPE (CESPE) - Perito Criminal (POLITEC RO)/Ciências Contábeis, Ciências Econômicas ou Administração/2022/Área 1)

Com referência ao patrimônio, aos seus componentes e às modificações que alteram seu valor econômico, assinale a opção correta.

- (A) A entidade altera a característica essencial do patrimônio como bem patrimonial para patrimônio ativo investimento ao usar os recursos captados no mercado na aquisição de bens de longo prazo e direitos não essenciais ao funcionamento da empresa, sua atividade operacional propriamente dita. Essa estratégia prejudica a classificação uniforme dos componentes patrimoniais, já que uma alteração drástica na característica dos bens provoca divergência de natureza e de finalidade no uso dos recursos.
- (B) Por ser divisível, o patrimônio das entidades resulta de uma equação cuja relação é composta por bens corpóreos e incorpóreos, por capital de terceiros e pelo patrimônio líquido. Nessa relação, a diferença entre as aplicações e as origens de recursos resulta no grupo de contas: Capital Social, Reservas de Lucros, Reservas de Reavaliação e Lucros ou Prejuízos Acumulados.
- (C) As entidades constituídas, registradas nas juntas comerciais, com situação cadastral regular e com CNPJ ativo na RFB, podem utilizar os seus bens para produzir outros bens. Produzidos esses outros bens, o patrimônio dessas entidades perde sua conotação real de ativo do patrimônio, passando a receber a denominação de capital.

(D) O patrimônio da entidade representa um fundo de valores, quando os componentes patrimoniais (sem prejuízo de sua homogeneidade qualitativa, natureza e destinação) passam a ser considerados, sob o aspecto da heterogeneidade quantitativa, a fiel tradução monetária de seus valores econômicos da forma que foram reconhecidos, ou seja, pelo resultado do confronto entre os valores positivos (bens tangíveis, direitos contra terceiros, capital intelectual e goodwill – fundo de mercado) e valores negativos (despesas totais, perdas irreversíveis e obrigações para com terceiros).

(E) As contas do passivo são originariamente fontes de financiamento para a formação do ativo. Nesse caso, o capital, registrado na constituição da entidade, modificado pelas variações aumentativas e diminutivas, será sempre a parcela dos proprietários, no caso de descontinuidade da entidade. A entidade, para seu funcionamento ou ampliação/modernização do seu parque, segundo a atividade econômica, poderá socorrer-se financeiramente por meio da captação de recursos no mercado. Sacramentada essa captação, a entidade terá à disposição para uso duas fontes de financiamento: a do próprio capital e a das captações no mercado (capitais de terceiros).

14-CESPE / CEBRASPE - 2023

Conforme a Lei n.º 6.404/1976, também conhecida como Lei das S/A, as ações de outras companhias, que não são mantidas para venda, devem ser classificadas no grupo do balanço patrimonial denominado

- (A) despesas antecipadas (ativo circulante).
- (B) investimentos (ativo não circulante).
- (C) intangível (ativo não circulante).
- (D) reservas de capital (patrimônio líquido).
- (E) imobilizado (ativo não circulante).

15-CESPE / CEBRASPE - 2023

Com base no disposto na Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP Estrutura Conceitual, acerca dos elementos que compõem o patrimônio público, julgue o seguinte item.

A propriedade legal do recurso é uma característica essencial de um ativo. .

- ( ) CERTO
- ( ) ERRADO

**GABARITO**

1	ERRADO
2	B
3	ERRADO
4	CERTO
5	B
6	C
7	ERRADO
8	ERRADO
9	CERTO